

Bresser nos EUA: "Recuei um pouquinho".

Após conversar com James Baker, o ministro mudou sua proposta para a negociação da dívida. E já fala em buscar uma "solução convencional"

O ministro Bresser Pereira reconheceu que "recuei um pouquinho, indiscutivelmente", ao abandonar seu projeto de transformar metade da dívida brasileira em títulos de longo prazo, depois de um encontro de mais de duas horas com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, na manhã de ontem.

Mas a primeira impressão de fontes dos grandes bancos credores do Brasil é a de que ocorreu uma verdadeira reviravolta. "Caiu a metade do plano que era controversa e inaceitável, e o que restou foi a outra, que previa o caminho convencional para a renegociação da dívida", reagiu um banqueiro em Nova York, diante de informações extra-oficiais recebidas por telefone. E não deve ter sido apenas por coincidência que Bill Rhodes, que preside o Comitê dos Bancos Credores, foi visto saindo da Secretaria do Tesouro, por uma porta lateral, pouco antes que chegasse a delegação brasileira.

Ao mesmo tempo em que admitiu um recuo, o ministro Bresser Pereira também anunciou que "nós demos um grande passo adiante" para a reintegração do Brasil no sistema financeiro internacional, antecipando uma "solução convencional, mas com imaginação", para a renegociação da dívida com os bancos credores, no próximo dia 24. A novidade, que ele chamou de criativa, é a abertura para a criação de **Exit Bonds**, ou títulos de saída, que permitirão a qualquer banco, grande ou pequeno, "sair da brincadeira, sem precisar dar mais dinheiro novo". Esta teria sido uma das concessões feitas pelo secretário Baker em troca das brasileiras. Uma outra foi a promessa de ajudar o Brasil a obter dinheiro novo. E mais uma, ainda, seria a concordância de que se obtenha, primeiro, um acordo com os bancos credores — e, depois, com o FMI (Fundo Monetário Internacional).

Mas que não se pergunte ao ministro Bresser Pereira, porém, se o Brasil voltará ou não ao FMI. Ele está ameaçando "esganar" quem o fizer. Por coincidência, o FMI reúne-se hoje para examinar, exatamente, o desempenho da economia brasileira. E o secretário James Baker, numa nota oficial, revela que ele e o ministro Bresser Pereira "entenderam que qualquer reescalonamento do Clube de Paris vai requerer um acordo formal com o FMI".

A delegação brasileira era formada, além de Bresser Pereira, pelo embaixador Marcílio Marques Moreira, pelo presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e pelos assessores Yoshiro Nakano, Fernão Bracher e Rubem Barbosa.

A reunião de ontem foi precedida pela divulgação de uma nova estratégia para a renegociação da dívida, no Brasil, na semana passada, muito mal recebida pelos banqueiros em Nova York. O *The Wall Street Journal*, influente no mundo financeiro, estava até prevendo uma eventual queda do ministro Bresser Pereira.

"Foi um excelente encontro, e extremamente cordial" — contou Bresser após a conversa, que durou duas horas. "Estabele-

cemos uma série de princípios gerais a respeito da negociação da dívida brasileira. (O secretário) Baker revelou-se disposto a nos ajudar junto aos bancos e junto às demais agências oficiais de crédito para que essa negociação seja bem-sucedida. Basicamente, foi essa a idéia. Havia uma preocupação dele contra a securitização da dívida — ou seja: a transformação da dívida em títulos. Ele não gosta da idéia, mas deixou claro, ao mesmo tempo, que aceita o chamado sistema de **exit bonds**."

O ministro Bresser assegurou que esses títulos de saída, os **exit bonds**, significam uma transformação da dívida em títulos, em maior escala do que a Argentina fez. E que defendeu junto a Baker a proposta de revidicar **spread** (taxa de risco) zero para a renegociação — ouvindo, como resposta, que "isso o Brasil tem que discutir com os bancos".

Justificando as concessões que tinha acabado de fazer, o ministro Bresser explicou que "(o secretário) Baker disse que para que os bancos fiquem mais tranquilos é preferível que se diga que adotamos uma solução basicamente convencional com alguma coisa de não-convencional dentro dela". Mais tarde, voltando ao assunto, ele acrescentaria: "Essa história dos 50% (a metade da dívida em títulos, e a outra metade negociada convencionalmente) apavorou muita gente. Então, vamos esquecer essa história de 50%, e ver quanto é que a gente consegue".

O ministro não pode adiantar números para os títulos de saída. "Nós ainda vamos fazer essa proposta aos bancos, formalmente, na semana que antecede à reunião do FMI", no próximo dia 26. Segundo ele contou, a discussão ficou em números gerais, "o que significa que nós não vamos pedir desconto de 50%. Vamos pedir menos. Essa porcentagem não é muito importante porque é voluntária. Se os bancos não quiserem fazer, não fazem". Um repórter lembrou-lhe que nenhum banco tinha aderido aos **exit bonds** lançados pela Argentina. E ele o corrigiu: dois tinham aceitado. E prometeu: "Essa foi a mudança em minha posição. Eu deixei de exigir que fosse 50% ou em torno de 50%. Vou fazer o título, que é tão atrativo, que tenho certeza de que vou receber um desconto dos bancos".

O ministro Bresser Pereira partiu ontem de Washington dizendo que "chega de passear", e volta para o Brasil para elaborar "um novo plano imaginativo, mas nada de revolução", como lhe disse o secretário James Baker. Antes de descer a escadaria do Tesouro, sob a chuva fina que ainda caía, em direção ao carro, ele negou que o Brasil fosse fazer algum pagamento simbólico ou pedem os bancos credores, porque nada lhes acontecerá "se houver negociações em boa-fé", e concluiu: "Nós precisamos de uma luz no fundo do túnel, e sairemos desta negociação (...) com uma solução de longo prazo definitiva para o Brasil".

Moisés Rabinovici, de Washington.



Marcílio Moreira e Bresser Pereira após a conversa com Baker: chuva de críticas.

Reunião dos devedores preocupa bancos

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, anunciou em Washington que se reunirá neste final de mês, em Nova York, com os ministros das Finanças do México e da Argentina, para discutir a nova proposta de reestruturação de parte da dívida externa do Brasil. "Nossas propostas são só nossas, mas sei que os argentinos, como os mexicanos, estão muito descontentes com os acordos que fizeram", afirmou Bresser Pereira.

A reunião dos três ministros será na mesma época da assembleia-geral anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e os bancos credores estão preocupados com a possibilidade de que o Brasil, Argentina e México, os mais endividados entre os países em vias de desenvolvimento, decidam se unir para declarar uma moratória, ou a incapacidade de pagar suas dívidas externas.

FMI: um relatório com restrições. Mas o governo considera "favorável".

O País conhecerá hoje o relatório anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia brasileira, que traz restrições ao déficit público, embora seja considerado "favorável" pelo governo, conforme revelou ontem o assessor especial da Presidência, embaixador Rubens Ricupero. As restrições que estão no relatório a ser publicado hoje são, no entanto, consideradas normais pelo governo e dentro dos padrões do Fundo na análise do comportamento da economia dos países devedores.

A grande expectativa do governo é com o desdobramento que esse relatório terá quando o Brasil tiver de renegociar a dívida com os bancos institucionais, uma vez superada a etapa dos bancos privados. Por esta razão, espera-se que o diretor-geral do Fundo, Michel Camdessus, telegrafe hoje mesmo para o Banco de Paris, recomendando um novo entendimento com as autoridades econômicas brasileiras. O embaixador Rubens Ricupero lembrou que, durante a última negociação em Paris, em junho do ano passado, o Clube já condicionava um novo acordo a um parecer do FMI.

Para assessores econômicos do governo, é possível que, depois dessa informação, o Brasil comece a preparar o terreno para voltar a dialogar mais intensamente com o Clube de Paris, podendo até já marcar uma data para reunião.

Segundo o embaixador Ricupero, as expectativas "são boas" para o Brasil na rene-

gociação da dívida com os bancos credores privados. Ele vem mantendo contato permanente com o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcílio Marques Moreira, que são transmitidas imediatamente ao presidente José Sarney.

Política consistente

O relatório sobre o desempenho da economia brasileira que a diretoria do FMI analisa hoje foi redigido numa linguagem técnica e cautelosa, mas, no geral, é favorável ao Brasil, disse também um assessor direto do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira. Com base nesse relatório, a diretoria emitirá um parecer positivo sobre a economia brasileira, acredita o auxiliar.

O assessor antecipou que o relatório elaborado pela equipe técnica que visitou o Brasil duas vezes no primeiro semestre concluiu que o Brasil tem uma política econômica consistente. Revelou também que o documento discorda de algumas projeções do Plano de Controle Macroeconômico do ministro Bresser Pereira, como as dos superávits comerciais para os próximos quatro anos. O plano brasileiro aponta um crescimento médio da balança de 5% ao ano. Os técnicos do FMI projetaram um crescimento médio de 7%.

O documento sugere que o governo brasileiro mantenha um monitoramento constante sobre sua política fiscal, porque a carga tributária líquida mantém-se baixa.

Delfim: proposta para dívida nem existe.

"A reação fria dos banqueiros europeus diante do plano brasileiro para solução da crise da dívida externa, apresentado em Viena, não deve surpreender ninguém, porque nem mesmo os seus autores são capazes de explicar e justificar com clareza o que estão propondo aos bancos. Está tudo muito confuso ainda."

A declaração é do ex-ministro da Fazenda e atual membro da Assembleia Constituinte, Delfim Neto, que passou por Londres a caminho do Brasil, de volta de uma viagem particular ao Japão.

Delfim desembarcou na capital britânica poucas horas antes da chegada de Fernão Bracher, assessor especial do ministro Bresser Pereira, e de Antônio Pádua Seixas, chefe da área internacional do Banco Central, ambos encarregados de expor as idéias do Brasil aos seus credores europeus. E, dessa forma, ele pôde acompanhar de perto o desenvolvimento da missão dos dois funcionários.

Numa conversa com este repórter, após a partida de Bracher e Seixas para Washington, Delfim Neto justificou a reação negativa dos bancos com o seguinte comentário:

"Segundo eu entendo, não há uma proposta. O que aconteceu é que se alinhavaram algumas idéias, que espero tenham sido alinhavadas com maior seriedade do que simplesmente para fazer uma conferência, e as estão apresentando aos bancos".

Para Delfim, "parece que se trata mais

O que é melhor: bônus ou capital de risco?

A proposta de Bresser Pereira de transformar parte da dívida externa em bônus (**bonds**) tem relação com a conversão de dívida externa em capital de risco? Em teoria são duas coisas diferentes. Mas há, entre elas, importantes elementos de ligação.

A conversão de dívida em capital, entende Igor Cornelien, representante sênior do Libra Bank no Brasil, é uma espécie de bônus de saída (**exit bond**). A diferença é que na conversão o empréstimo de fato acaba — é eliminado dos balanços e transforma-se em ações de uma empresa brasileira. O banco, portanto, reduz seus ativos por empréstimos, substituindo-os por outros, em tese de melhor qualidade. Já no caso dos bônus de saída, o banco mantém um título de crédito. Que, de fato, poderia ser negociado caso exista um mercado para **exit bonds** brasileiros. Mas, hoje, seria difícil pensar nessa hipótese.

O elemento principal de proximidade, entretanto, está em que a hipótese de conversão de dívida em capital — desejada pelos banqueiros — deve estar incluída num pacote maior de negociação. Ela é considerada um adoçante pelos banqueiros. Mas no caso dos **exit bonds**, recorde-se que eles não tiveram resultado para a Argentina, que os ofereceu aos credores.

Cornelien observa que na conversão o credor tende a aceitar o deságio. Mas no caso dos **exit bonds**, tende a recusar o deságio, porque não está saindo, de fato, do problema da dívida.

(F.P.J.)

Embraer anuncia venda de 20 Brasília para os EUA

A Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica) anunciou ontem a venda de 20 aviões Brasília à empresa norte-americana Texas Airlines por 120 milhões de dólares. O presidente da Embraer, Ozílio da Silva, informou que o contrato dá à empresa norte-americana a opção de compra de mais 30 aparelhos nos próximos anos. Os aviões serão entregues no prazo máximo de 18 meses. A Texas Airlines possui várias empresas coligadas e responde por 50% do tráfego aéreo nos EUA.

Proposta do BNCC: que o governo pague aos japoneses.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo propôs ao governo federal que fique com os encargos do empréstimo de dez bilhões de ienes (cerca de US\$ 50 milhões, atualmente) contratado em 1980 junto ao Banco Cooperativo do Japão. O BNCC assumiria o principal. O total do empréstimo foi de 20 bilhões de ienes, em duas parcelas, em 1979 e 1980. O BNCC havia saldado parcialmente o débito, que, com o atraso, chegou a triplicar. Agora, apresentando certa recuperação, o BNCC quer resolver a pendência com o banco japonês.

Japão: como ajudar os endividados?

Para não melindrar os Estados Unidos, e porque terá mudanças de governo ainda este ano, o Japão reluta em assumir um papel de maior destaque nos programas de ajuda ao Terceiro Mundo endividado. Ao darem ontem essas explicações à agência Reuter, autoridades de Tóquio disseram que o governo do primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone sente que as iniciativas promovidas pelos EUA em relação à dívida externa não dão os resultados esperados, ao passo que o Japão sofre pressões externas cada vez maiores para que aplique parte de seu superávit comercial na ajuda aos países em vias de desenvolvimento.

Eis por que — esclareceram — o Japão estuda um elenco de soluções, entre as quais as propostas enunciadas na semana passada pelo ministro das Finanças, Kiichi Niyazawa, aspirante à sucessão de Nakasone na chefia do governo. Entre suas sugestões, figura a criação de um sistema internacional de seguros para cobrir os riscos de novos empréstimos, por meio de instituições financeiras privadas, a países em desenvolvimento. Propôs ainda que se crie um centro de informações para estimular os bancos a transformarem seus empréstimos em pacotes de títulos que possam ser negociados nos mercados mundiais.

Um plano idêntico já existe no Ministério do Comércio do Japão. Consiste em conceder isenções fiscais a empresas que adquiram tais dívidas aos bancos e as convertam em investimentos diretos em países subdesenvolvidos.

Mas o atual governo japonês reluta em fazer promessas mais concretas quando faltam poucos meses para o fim do mandato de Nakasone — e, simultaneamente, as autoridades de Tóquio sabem que os Estados Unidos não se dispõem a dar garantias aos bancos que emprestassem ao Terceiro Mundo. Caberia aos EUA assumir a dianteira na busca de soluções para a dívida — o que não ocorre porque, segundo entendem altas fontes de Tóquio, o governo norte-americano sofre de uma certa paralisia decorrente de problemas de política interna do presidente Ronald Reagan.

E, embora não queira melindrar os EUA, o próspero Japão provavelmente assumirá uma atuação de maior destaque no Terceiro Mundo, em detrimento da influência do governo de Washington, opinam alguns analistas.

Baker avisa: não houve acordo.

A proposta brasileira que transformava a metade da dívida em títulos de longo prazo, com deságio de 25 a 30%, era **non starter** — algo que nunca dará certo, segundo uma nota oficial divulgada pela Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos.

A nota foi distribuída, na tarde de ontem, com a intenção de retificar a notícia de que o secretário do Tesouro, James Baker, teria concordado plenamente com as propostas do ministro Bresser Pereira, como chegou a circular. Ela ainda explica que "concordou-se, em geral, que os problemas brasileiros devem ser abordados de forma convencional", e que "ambas as partes continuarão a se consultar". A curta nota conclui com a constatação de que "qualquer reescalonamento com o Clube de Paris vai requerer um acordo formal, **stand-by**, com o FMI".

O ministro Bresser Pereira telefonou para o secretário James Baker logo que ouviu as primeiras notícias incorretas. "Então, liguei para ele e disse: Olha, isto não é verdade. Ao contrário, alguns jornalistas brasileiros já comunicaram no Brasil que eu aceitei todas as propostas (dos Estados Unidos)".

O ministro Bresser Pereira parecia irritado com a imprensa americana. Num momento, falando do erro que teria sido cometido por alguns repórteres americanos, fa-

M.R.

Para o ministro, uma "grande vitória".

O ministro da Fazenda, Bresser Pereira, sintetizou ontem em duas frases o resultado de seu encontro, em Washington, com o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III. "Muito construtivo", disse Bresser Pereira ao presidente José Sarney, a quem relatou, por telefone, o teor de sua conversa de duas horas com James Baker. "Uma grande vitória", resumiu Bresser a sua porta-voz, Francisco Baker.

De acordo com o porta-voz do Palácio do Planalto, Antônio Frota Neto, o ministro da Fazenda disse ao presidente Sarney que o governo brasileiro pode contar com o governo norte-americano como um aliado na negociação da dívida com os credores privados. Bresser classificou as reações de James Baker como "extremamente positivas" para o melhor andamento das negociações do Brasil com seus credores privados no Exterior. "É isto porque os EUA são a sede dos principais bancos credores do Brasil" e o maior cotista de organismos vitais no relacionamento do País com a comunidade financeira, como o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris e o Banco Mundial.

Segundo Frota Neto, as reações do secretário do Tesouro às propostas brasileiras sinalizam uma direção a ser seguida pelo País, por se tratar não de um mero país credor do Brasil, mas do principal avalista de qualquer solução que se queira encontrar para a questão da dívida.

Ao classificar o encontro como "muito construtivo", Bresser deu indicações a Sarney de que as negociações da dívida poderão caminhar mais rápido do que o governo brasileiro supunha há uma semana. O ministro disse ter encontrado nos contatos mantidos no Exterior alguma resistência, mas também muito apoio às propostas brasileiras. Para ele, os gestos de apoio ganham maior importância se for considerado

que o Brasil tem apresentado à mesa de negociações, lá fora, propostas inteiramente novas e verdadeiramente não-convencionais, como a troca de velhos títulos de metade da dívida com os bancos privados (cerca de US\$ 65 bilhões), incluindo um deságio de 30%.

Bresser disse ainda a Sarney que o secretário James Baker afirmou achar perfeitamente viável que o Brasil feche logo um acordo com os bancos privados, sem qualquer vinculação deste acordo com uma nova aproximação do País com o FMI.

Apesar do otimismo transmitido por Bresser Pereira ao presidente Sarney, o Palácio do Planalto viveu um clima de muitas contradições com relação às notícias vindas de Washington. Alguns jornalistas queriam saber como Sarney recebia as declarações atribuídas ao porta-voz de James Baker, aconselhando o Brasil a recorrer ao FMI antes de tentar um acordo com os bancos, destacando ser esta uma pré-condição também para um acordo com o Clube de Paris. Outros atribuíram a James Baker uma avaliação muito pessimista do encontro com Bresser Pereira, destacando serem descabidas as propostas do governo brasileiro. O porta-voz Frota Neto, no entanto, garantiu que desconhecia essas versões e que para o governo brasileiro valia mesmo a avaliação feita por Bresser no telefonema ao presidente José Sarney.

A sua porta-voz no Ministério da Fazenda, Francisco Baker, Bresser disse que em troca de não se falar mais em 50% de securitização da dívida, o governo americano não teria objeções a que se criasse um sistema de bônus de saída (**exit bonds**), desde que os banqueiros entrassem no esquema voluntariamente. "Estou convencido de que os bônus são mais interessantes e o sistema tem perspectivas de êxito", afirmou o ministro.